



Movimentos de Mulheres e Feministas, Crise Atual do Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina, Brasil e Maranhão.

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha¹
Mary Ferreira²
Maria Betânia Ávila³

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

Reflexões sobre o protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas e os desafios na luta contra as desigualdades de gênero, no contexto da crise do capital na atualidade. Busca-se evidenciar os impactos dessa crise na concepção e modelo de desenvolvimento e suas repercussões para a vida das mulheres, na América Latina, Brasil e Maranhão. Levantam-se questionamentos sobre as estratégias feministas, seus impasses e possibilidades.

¹Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: lourdesrocha@yahoo.com.br.

²Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Sociologia UNESP / FCLAr, ex-bolsista CAPES/Brasil. E-mail: mmulher13@hotmail.com

³Doutora. SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.



MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISMOS CRISE ATUAL DO CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA, BRASIL E MARANHÃO

Mary Ferreira¹

1 INTRODUÇÃO

O feminismo no Brasil tem nuances que reforçam sua diversidade, particularidades e correntes. Sua história está representada a partir das feministas que vivenciaram múltiplas práticas políticas traduzidas em ações e mediações que favoreceram conquistas e impasses. Ao buscar os fios para construir uma memória que dê conta de reconstituir a história do feminismo e dos movimentos de mulheres no Brasil com um olhar mais atento no Estado do Maranhão o faço a partir das protagonistas que viveram os acontecimentos de um momento histórico em que cada uma se permitiu e transgrediu naquilo que o feminismo possibilitou individual e coletivamente, para construir uma história na qual as feministas apontaram novas práticas políticas e novos modos de pensar a sociedade tendo às mulheres como sujeito.

A história das mulheres é uma história construída com silêncios, enfatiza Perrot (2005), porém a histórias das feministas brasileiras rompe com os silêncios impostos secularmente e torna a luta como um lugar de protestos e de festa. Éramos poucas, sempre fomos! Mas, a irreverência nos tornava multidão. Assim foi em vários Estados brasileiros de São Paulo a Porto Alegre da Bahia a Pernambuco e Maranhão que se constituíram parceiras entre os Grupo Mulheres da Ilha e Sos-Corpo de Recife criado quase simultaneamente, posteriormente este movimento chega ao Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e se expande em todas os estados do Brasil.

A história dos feminismos no Brasil tem marcos semelhantes dada a capacidade das mulheres de construir agendas em períodos anteriores as facilidades dos face books de hoje, pois havia naquele momento histórico a necessidade de ampliar os direitos das mulheres ao mesmo tempo em que nos engajamos na luta pela redemocratização

¹Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mmulher13@hotmail.com



do País. A necessidade de articular a luta feminista nasce com o desejo de discutir e se contrapor a um discurso que excluía as mulheres dentro do projeto de democracia que se instaurava no País em finais dos anos setenta e oitenta.

A proposta deste texto é refletir sobre os feminismos no Brasil, analisando sua ação contínua na construção de um modelo de democracia cobrado pelas mulheres em contraposição ao modelo conservador, capitalista e patriarcal, capitaneado pelas elites brasileiras que ainda hoje dominam o cenário nacional interferindo de forma direta no governo de Dilma Rousseff. Neste texto faço uma referência especial ao Maranhão, estado onde proliferou nos anos oitenta uma intensa movimentação feminista articulada pelos grupos Mulheres da Ilha, Mãe Andresa, Viva Maria e muitos outros que deram visibilidade as dores e desassossegos das mulheres maranhenses.

2. OS FEMINISMOS NO BRASIL: apontamentos para compreender sua dimensão política

As primeiras organizações de mulheres criadas no Brasil se inserem em movimentos de esquerda que descortinavam as atrocidades cometidas pela ditadura militar e conservadorismos da sociedade brasileira. Estas organizações, oriundas em grande parte de partidos clandestinos, profundamente engajadas as causas nacionais e com profundo conhecimento sobre as desigualdades de gênero, exigiam democracia e o fim do regime de exceção no País.

Da ação dessas militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia no início dos anos setenta. Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher abre caminhos para refletir sobre as mulheres em variados contextos. Estávamos em 1975 e o mundo percebe a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas própria. Segundo Ferreira, (2011, p. 4)



[...] das pioneiras sufragistas na qual se destaca Bertha Lutz, em São Paulo, Leolinda Dalton na Bahia, Eneida de Moraes no Pará e Violeta Campos, no Maranhão, muitas mulheres no início do Século XX deram um novo sentido a história ao mostrar os acontecimentos a partir de suas vivências, lutas e que estas vivências traduzem uma forma de retratar os fatos de cada momento do presente.

O que caracterizou e caracteriza a dimensão social e política desse movimento é sua capacidade de transgredir, de trazer fatos políticos, de recompor momentos que dão novo sentido a realidade. As ações dos grupos num primeiro momento concentraram-se no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, posteriormente foram irradiando para os Estados do Nordeste, Sul, Norte e Centro Oeste. As dificuldades de expandir as fronteiras desse movimento dado às dimensões continentais do País foram inúmeras, tais dificuldades, porém, não foram maiores do que os desejos de todas nós feministas de socializar ideias, conteúdos, que permitiram e possibilitaram a visibilidade de questão até então despercebidas da sociedade. A ação dos movimentos feminista trouxe a público o universo das mulheres, suas inquietações e bandeiras de luta.

Das inúmeras bandeiras destacamos a rediscussão sobre o sentido de político na medida em que inclui questões consideradas do mundo do privado que passam a ser vistas como questões políticas: Aborto, Violência doméstica e sexual; Trabalho igual para salário igual, relações hierárquicas visíveis entre profissionais de profissões semelhantes veja o caso médico-enfermeira, divisão das tarefas domésticas, parceria na criação dos filhos. O movimento traz para o cenário da política a necessidade da rediscussão sobre o sentido de representação política, para nós mulheres era e continua sendo inadmissível a sub-representação feminina nos espaços de poder legislativo e executivos.

Dessas lutas nascem às cotas para mulheres na política, mesmo assim ainda está distante a construção da paridade na vida política, haja vista que no atual contexto somente o Partido dos Trabalhadores aprovou a paridade. Como podemos observar o feminismo traz um conjunto de questões que deram a esse movimento visibilidade, e respeito. Situação semelhante é percebida em outros países da América Latina e Caribe, Europa e Estados Unidos.

É fato que esse movimento foi capaz de promover uma revolução de ideias reconhecida por vários autores, a exemplo de Hobsbawm (1995), Santos (2001), Castells



(1999). São idéias que, como enfatiza Casimiro (1999, p.10), vieram “perturbar a harmonia do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante, androcrático, ajudando a retirar o véu à neutralidade científica”.

2.1 O feminismo no Norte e Nordeste

A ação do feminismo no Norte e Nordeste teve ressonância através de vários grupos entre os quais o Ação Mulher que surge em Recife em 1978 “como um grupo de reflexão e autoconsciência” (ARRAZOLA, 2000, p.79), o Centro da Mulher de João Pessoa, que foi criado em 1979 e posteriormente, passou a ser denominado “Grupo feminista Maria Mulher ao assumir uma identidade feminista propriamente dita”. (RABAY, 2000, p.92). No ano seguinte (1980) em São Luís nasce o Grupo de Mulheres da Ilha, e em 1981 nasce o Sos-Corpo de Recife

O Grupo de Mulheres da Ilha é importante enfatizar nasce em um momento histórico em que o Maranhão vivia a utopia da união das esquerdas através do movimento “Oposição pra Valer”. “É um período marcado pela eclosão de vários movimentos: pela moradia, contra a carestia, em defesa de Ilha, direitos humanos, nasce ainda neste período o Partido dos Trabalhadores” enfatiza Ferreira (2011, p.8).

Em Pernambuco há uma efervescência de grupos criados na década de oitenta: Centro de Mulheres do Cabo, Cais do Parto, Viva Mulher, e os vários núcleos de mulheres ligados a Universidade Rural de Pernambuco, da federal de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco. No Rio Grande do Norte merece registro a atuação do Grupo Feminista Leila Diniz que tem atuado de forma mais significativa em meados dos anos noventa tendo como foco de atuação a questão de violência, emerge também neste Estado o Grupo de Mulheres pesquisadoras na Universidade Federal de Pernambuco.

A história desses Grupos e de tantos outros, revela um lado da história das lutas libertárias no Brasil ainda pouco evidenciado nas pesquisas nesse campo. A ausência de estudos que recupere a dimensão desses grupos e ou a ação das feministas do norte e nordeste no processo de reconhecimento da identidade e cidadania das brasileiras, nas articulações e implementação de políticas públicas nos levou a publicar em 2007 o Livro “As



Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão, fruto de estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação, em Políticas Públicas – UFMA, no qual recupero parte de uma história protagonizada por maranhenses, gaúchas, cariocas, paulistas, brancas e negras que possibilitaram ao Grupo de Mulheres da Ilha ser a vanguarda em momento histórico no Maranhão.

O feminismo na Região Norte e Nordeste ainda está por ser escrito e inscrito nas páginas da história brasileira, a fim de que a memória das protagonistas e dos grupos, assim como suas contribuições para compor e recompor a memória e fazer jus à história. Tais assertivas podem ser evidenciadas quando da realização da Mesa Redonda “30 Anos do Feminismo no Brasil” realizado em 2006 na ANPOCS. Surpreendentemente não registramos nenhuma feminista da Região Norte nem Nordeste nesta mesa. A não presença e o não registro nos leva a refletir de que lugares cada pesquisadora fala e interpreta o feminismo no Brasil.

A maioria dos estudos refletem um feminismo que ainda não ultrapassou as fronteiras do eixo São Paulo – Rio de Janeiro e dá leves saltos em Minas Gerais, Santa Catarina, Porto Alegre. E os outros feminismos? Porque permaneceram por tanto tempo invisíveis? Porque no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história? (FERREIRA, 2011, p.9).

No Maranhão o movimento feminista nasce com o grupo de Mulheres da Ilha que se constituiu em julho de 1980 como um espaço de reflexão e aprofundamento das questões levantadas no Curso de Extensão Mulher na Sociedade Brasileira promovido pela Universidade Federal do Maranhão ministrado pela Prof^a Marisa Correa da UNICAMP. “Às reflexões desse curso se aliaram várias outras mulheres, em busca de espaço em que pudessem se exprimir mais livremente” (FERREIRA, 1999, p. 93).

Outros grupos emergiram após a criação do Grupo de Mulheres da Ilha na década de oitenta com diferentes inspirações, dentre eles: o Grupo de Mulheres 8 de Março, Grupo de Mulheres Mãe Andressa, União de Mulheres, Espaço Mulher, Grupo Viva Maria, Mulheres do PDT. Na década de noventa surge a Pastoral da Mulher, o Grupo Maria Firmina, os Grupos de Estudos nas Universidades, os Departamentos da Mulher nos sindicatos e nos partidos, o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais. (FERREIRA, 2007).



A ação desses grupos segundo a professora Florilena Aranha “contribui para ampliar o debate, somar esforços em torno de questões comuns que hoje são articulados no Fórum Maranhense de Mulheres que aglutina os grupos em atividades no Estado”. (FERREIRA, 2008).

O feminismo no Maranhão nasce como movimento social, não homogêneo que questiona a política, o poder, as relações patriarcais e discute teoricamente a mulher como sujeito na sociedade. “O diferencial do feminismo é sua autonomia em relação a partidos, igrejas, e sindicatos que lhe dá um tom, uma diferença metodológica”. (BATISTA, 2006).

3 A AÇÃO ANTICAPITALISTA DO FEMINISMO

A ação do movimento feminista tanto na teoria como na prática, “teve e tem uma função social eminentemente política, dado seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres”. (RAGO, 2004, p.36). Ao denunciar as desigualdades de gênero, o movimento feminista foi o protagonista privilegiado em diferentes ações políticas que, se por um lado denunciavam as relações de subalternidade em que viviam as mulheres brasileiras, por outro interferiam para que essas desigualdades fossem combatidas através de um conjunto de propostas encaminhadas em diferentes instâncias: federal, estadual e municipal e em diferentes espaços - partidário, sindical, refletindo desejos e insatisfações das mulheres que se juntaram em um esforço conjunto para mudar as relações de gênero.

Além disso, o movimento feminista articulou diferentes formas de atuação dentre as quais podemos destacar a formação de redes que possibilitaram enfrentar os desafios desse país cujas distâncias foram sempre desafiantes. A articulação de redes e os diferentes mecanismos de comunicação impulsionadas pelas tecnologias da informação facilitaram trocas e deslocamentos permanentes para a formação de quadros dentro do movimento em diferentes regiões. Outras formas de atuação foram se diversificando e imbricando, seja em grupos autônomos ou em organizações não governamentais, nas universidades com a criação dos núcleos de pesquisa de gênero, ou ainda nas parcerias



com o Estado através das Secretarias/Coordenadorias da Mulher, dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipais da Condição Feminina (FERREIRA, 2007).

Em termos políticos podemos afirmar que o feminismo não desvincula a questão de classe das questões de gênero nem das questões étnicas raciais, pois estão vinculadas a relações de poder e dominação que perpassam as relações de sociais. As polêmicas em torno dessas ideias, que também se dava intra grupos, ampliavam o debate desconstruindo os estigmas sobre as mulheres baseadas em diferenças biológicas que enaltecem qualidades associadas ao sexo feminino como: docilidade, sensibilidade, fertilidade, beleza, pureza rebatidos pelas feministas na medida em que propunham romper com a passividade, com o conformismo e a acomodação.

Essas visões ainda não superadas levaram e levam determinadas mulheres a se autodenominarem “femininas e não feministas” sem considerar que esta afirmação implica a negação das bandeiras históricas defendidas pelas mulheres nos últimos quarenta anos. Ser feminista é “quebrar as barreiras do silêncio imposto pelas estruturas dominantes de gênero e usar permanentemente a voz em defesa dos direitos e no combate as injustiças contra as mulheres” (FERREIRA, 2004, p.2).

Compreender o feminismo e se reconhecer como feminista implica compreender a natureza das relações de poder entre homens e mulheres movida pelo patriarcalismo que mantêm as mulheres subjugadas a um modelo que tem o homem como centro das decisões. O patriarcado, na sua expressão literal é um sistema de relações em que a propriedade e a posição social se transmitem do pai para o filho varão, em geral o primogênito, as mulheres são vistas como subordinadas a esse pátrio poder a quem devem obediência. O patriarcado se filia ao capitalismo mantendo as mesmas regras do poder e excluindo as mulheres dos postos de decisão.

Esse modelo perverso contribui para acentuar as desigualdades percebidas pelos indicadores sociais que desnuda a exclusão das mulheres em qualquer circunstância: no trabalho, na política, na igreja, no sindicato urbano e rural. A opressão das mulheres também se traduz no trabalho rural quando segundo dados divulgados por estudiosas da ONU “a percentagem de mulheres proprietárias de terras e imóveis no mundo não ultrapassa os 3 ou 4%”. (CIRILLA, 2013, p.3). A lógica da genealogia masculina do poder é



segundo a mesma autora “ainda mais evidente para além dos aspectos jurídicos e formais, tem uma dimensão antropológica que dois séculos de lutas pela emancipação ainda não conseguiram superar”.

Para a filósofa Sandra Harding e a economista Julie Matthaei as feministas devem assumir posturas mais radicais **marxistas e ao mesmo tempo anti-racistas como estratégia de combater o capitalismo uma vez que esse modelo econômico notadamente racista e patriarcal adotou ao longo de toda a sua ascensão o exercício contínuo de uma cultura baseada na** competição no desprezo aos negros, nas mulheres e nos pobres. O capitalismo se firma a partir do fortalecimento das linhagens familiares patriarcais, proprietárias e brancas. Com o capitalismo instaurado na Europa observou-se um sistema de mercantilização que foi ao longo do tempo se universalizando e que se sedimenta e amplia com a produção de mais valia. “É um sistema que mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, transformando as pessoas em mercadorias”. (IANNI, 1988, p. 9).

Ao analisar o capitalismo Marx (1988) o considera como um modo antagônico de desenvolvimento histórico onde as relações de antagonismos ocorrem em todas as épocas históricas aparece em todos os modos de produção. É o que temos observado no atual contexto com as pressões que os grupos hegemônicos detentores do capital e de poder fazem ao governo de Dilma Roussef para que não se efetivem as reformas propostas pela mesma.

A exploração das mulheres pelo sistema capitalista é visível a partir do conceito de divisão sexual do trabalho que é visto por Matthaei (2012) como “a atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo – como chave para a construção das diferenças de gênero, incluindo os modos “masculino” e “feminino” aparentemente natural de ser humano”. Para a autora:

A conexão do capital com a masculinidade branca fornece importantes insights sobre seu funcionamento: seu desligamento do objetivo de realmente satisfazer necessidades (que é visto como feminino); sua dedicação ao crescimento e a tornar-se maior e melhor que o outro; seu vínculo com hierarquias internas; e seu desrespeito para com as considerações ambientais (MATTHAEI, 2012)



A mesma autora reforça ainda a visão de teóricos/as raciais que comparam o mesmo processo de exploração do capital nas populações negras, mostrando como as divisões raciais do trabalho produziram e reproduziram raças, da mesma forma como a divisão sexual do trabalho reproduz as relações de gênero.

Assim, a luta do feminismo hoje subtende a luta contra o racismo e a luta contra o capitalismo. Para adotar uma perspectiva feminista anticapitalista é importante reconstruir a história das mulheres a fim de compreender como foram construídos os modelos que as subordinaram ao jugo patriarcal e ao mesmo tempo “compreender a importância econômica da família, que é negligenciada pela análise materialista tradicional” enfatiza Matthaiei (2012). A partir dessa compreensão é que a sociedade poderá entender a dimensão e importância do trabalho doméstico enquanto trabalho não-remunerado que contribui para:

[...] assegurar a reprodução diária de todos os membros da sociedade; mais ainda, sua organização em famílias nucleares isoladas no capitalismo reproduz a fragmentação da comunidade tão danosa ao tecido social. A junção de rendas para um fim comum e a transmissão de bens de geração a geração de uma família reproduzem a classe, assim como a desigualdade racial/étnica. As práticas parentais – em particular, a autoritária – preparam as crianças para a participação em nossas instituições políticas e econômicas não-democráticas.

Assim, o capitalismo reproduz os seus modelos de dominação incutindo nas crianças e jovens desde muito cedo valores consumistas, racista, patriarcais que contribui para a manutenção dos status quo da sociedade que se mantêm praticamente fiel princípios do que reza o capital.

4 REFLEXÕES FINAIS

Por esta razão a luta contra o capitalismo e contra o racismo é também a luta dos feminismos, pois, se insere no reconhecimento da dignidade das mulheres a medida que traz à tona as duplas jornadas, a exploração dos menores salários, a violência doméstica, a falta de tempo para participar das instâncias partidárias e conseqüentemente da vida pública, traz para o debate a necessidade de intensificar a luta pela descriminalização do aborto no qual está explícito a luta pelo direito ao corpo que os fundamentalistas querem nos desapropriar do poder de decidir sobre o que queremos e podemos.



Nas manifestações ocorridas em junho e julho próximo as feministas se juntaram aos milhares de jovens trazendo essas bandeiras tendo a luta pelo direito ao corpo como luta central uma vez que nesta luta está implícito um enfrentamento profundo aos fundamentalismos religiosos que hoje se opõem aos avanços dos direitos das mulheres. Para Freire (2013) não se trata apenas de um embate individual, da mulher que se vê diante de escolhas em relação a gravidez e à sexualidade. Trata-se da discussão sobre a apropriação do corpo feminino como “fundamento da igreja que sacraliza a maternidade como uma condição que submete a mulher e não como uma escolha que a empodera”. Além disso, o Estado desapropria as mulheres do seu corpo criminalizando suas ações e decisões ao sonegar direitos que a mulher tem sobre ele. O corpo feminino é apropriado pelo capital e pela mídia, que o mercantilizam, e ao mesmo tempo “pela sociedade, que discrimina comportamentos, impõe padrões e papéis e admite o seu controle pela violência social e doméstica”. (FREIRE, 2013). A descriminalização do aborto é, portanto uma medida que irá dar as mulheres autonomia para decidir sobre o melhor para suas vidas sem interferências.

Assim ao encerrar este breve texto, afirmamos que o modelo capitalista tem contribuído para acirrar este debate ao mesmo tempo em que reforça a divisão sexual do trabalho, o racismo e a exclusão das mulheres. É necessário, portanto, que as feministas articulem novas estratégias de oposição e resistência ao atual modelo que tanto tem penalizado as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Florilena. Coordenadora do Fórum Maranhense de Mulheres **Entrevista sobre a ação do movimento feminista no Maranhão**, São Luís, 2010.

ARRAZOLA, Laura Suzana Duque. Mulheres e feminismos em Pernambuco: reflexões sobre uma trajetória. In: SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p.77-88.

BATISTA, Ieda Cutrim. Quando o passado ilumina o presente. In: FERREIRA, Maria Mary; ALVARES, Luzia; SANTOS, Eunice Ferreira. **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do Gênero**. São Luís: EDUFMA, 2001. p.41-54.



CASIMIRO, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa:** feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 1999. 304 f.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.v.2.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: Ana Claudia Chaves. (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto Polis, 2004. p. 24-31.

CIRILLO, Lídia. O feminismo da esquerda anticapitalista. *Tradução de Andrea Peniche.* In: Combate Info. Disponível em: <http://www.combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=233&Itemid=41> Acesso em 16.07.2013.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos Bastidores da Tribuna:** mulher política e poder no Maranhão. São Luís: EDFMA, 2010.

_____. **As Caetanas vão à luta:** feminismos e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

_____. Movimento feminista, movimento de mulheres: ações e desafios para as próximas décadas. In: SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani. **Feminismo:** memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p.69-76.

_____. Ser feminina, ser feminista: eis a questão. Jornal **O Estado do Maranhão.** São Luís, 8 de mar. 2004, p. 2. Caderno Opinião.

_____. Feminismos no Nordeste brasileiro: Histórias, memórias e práticas políticas. **PolisRevista Latino Americana** v.28, 2011. Disponível em: <http://polis.revues.org/1176>. Acesso em 16.07.2013.

FREIRE, Rita. As feministas e o sentido das marchas no Brasil. **A Ciranda.** 1º de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/article7121.html>>. Acesso em 16.07.2013.

IANNI, Otavio. Introdução A produção da sociedade capitalista. In _____. **Marx:** sociologia. 6.ed. São Paulo Ática, 1988. p. 7-42.

MATTHAEI, Julie **Por que os/as economistas feministas/ marxistas/anti-racistas devem ser economistas-feministas-marxistasanti-racistas? Rede Economia e Feminismo. 12.08. 2012.** Disponível em: <<http://economiaefeminismo.wordpress.com/2012/08/01/a-luta-anti-racista-anti-capitalista-e-o-feminismo/>>. Acesso em 16.07.2013.



RABAY, Glória de Lourdes Freire. Movimentos de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios. In: SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p.89-96.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2004.

ROBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 205p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Para um novo senso comum, a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.